

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Itacatarina

Class.: _____

Data: 05.10.85

Pg.: _____

Indigenistas podem ir a Brasília pedir pelas terras dos caingangues

FLORIANÓPOLIS — Várias entidades reunidas na tarde de ontem pertencentes ao movimento indigenista, bem como paróquias e representantes da igreja metodista, além daqueles que participaram da greve de fome para que os índios caingangues tivessem suas terras de volta, manifestaram "decepção com a nova protelação do governo federal e tememos que isto signifique o fim de uma possibilidade pacífica"

Eles pretendem ir a Brasília tentar fazer com que o presidente José Sarney assinasse o decreto que cria a área indígena de Sede Tr. Min, abrangendo 912 hectares.

As 35 pessoas reunidas na tarde de ontem no Colégio Imaculada Conceição também elaboraram um documento a ser entregue a todas as entidades, paróquias e igrejas, manifestando a sua decepção. Wilmar D'Angelis, do Conselho Indigenista Missionário — Cimi, e que participou da greve de fome para sensibilizar o governo com relação à causa indígena, manifesta que está havendo um paralelo entre a solução do governo com relação aos "sem-terra" de Abelardo Luz, Fachiñal dos Guedes e São Miguel d'Oeste e a dos índios, pois o governo não mexeu na infra-estrutura.

Por isto teme pelo que será feito no caso do Chimbangue.

Ele destaca que o governo, desta forma está permitindo a volta pa-



Na reunião de ontem todos manifestaram decepção com o governo federal.

ra um conflito armado e garante que a nova protelação se deve a um movimento político nomeado pelo PFL e liderado por Jorge Bornhausen. Wilmar salienta que dos 38 proprietários de terras dentro dos 912 hectares destinados aos índios caingangues, 20 realmente moram nas terras, mas apenas nove têm menos de 12 hectares. Por isto, Wilmar salienta que, com os 22 "sem-terra" que estão morando lá, o governo federal necessita apenas de 372 hectares para assentar os 31 colonos, que realmente necessitam de terra. O indigenista lembra ainda que o próprio Incra possui na localidade de Fazenda Zandavali 600 hectares tomados pelo mato.

Além disso, afirma que o Ministério da Reforma Agrária-Mirad, e o Incra disseram que conhecem todas as áreas para assentamento

e ressalta que eles têm mesmo conhecimento pelo menos de duas áreas, que estão com processo adiantado para desapropriação, como as de Abelardo Luz e Chapecó. Por isto considera que "não é desconhecimento de áreas e nem preocupação com desapropriações", mas sim questão de "incompetência e má vontade".

Além disso, relembra que no mês de maio, dia 2, o Cimi apresentou uma relação com mais de 10 áreas no oeste catarinense, viáveis para reassentamento de colonos do Chimbangue. Conta ainda que no dia 30 do mesmo mês, o Mirad participou de uma reunião do grupo ministerial, que reconheceu a área do Chimbangue como indígena, a partir daquela data, prometendo em 15 dias resolver a questão.